

ABIAPE conversa com parlamentares sobre jabutis no PL das eólicas offshore



Um grupo de associações do setor, formado por ABIAPE, APINE, ABRACE, ABRACEEL, ABRAGE, ABRADÉE e a Frente Nacional dos Consumidores, reuniu-se com os senadores Confúcio Moura (MDB/RO), Efraim Filho (União/PB), Laércio Oliveira (PP/SE) e Eduardo Gomes (PL/TO) para alertar sobre as preocupações e os possíveis impactos na tarifa de energia causados por algumas alterações feitas no PL das eólicas offshore.

A ABIAPE foi representada pela diretora de Relações Institucionais, Mariana Lima, e pelo diretor de Economia, Daniel Pina. Os encontros ocorreram na terça-feira (18).



Alexandre Silveira fala sobre as prioridades da pasta à Comissão de Minas e Energia



Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A ABIAPE também acompanhou a audiência pública com o ministro Alexandre Silveira na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, na quarta-feira (19).

Ele falou sobre os principais temas em debate na pasta, como a transição energética a modernização do setor, o mercado livre e questões relativas à diversificação da matriz elétrica brasileira.

O ministro respondeu questionamentos dos parlamentares por quase três horas, mas precisou sair para uma viagem ao Rio de Janeiro, onde acompanhou a posse da nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard. A sessão foi suspensa e deve retornar no dia 9 de julho.

Senado aprova texto base do Marco Legal do Hidrogênio



Foto: Pedro França/Agência Senado

Ainda na quarta-feira (19), o Senado aprovou o texto base do PL 2308/2023. No relatório aprovado, o relator, Otto Alencar (PSD/BA), modificou a definição de hidrogênio verde para se referir ao hidrogênio produzido por eletrólise da água utilizando fontes de energia renováveis, incluindo hidrelétricas. Além disso, o etanol e outros biocombustíveis foram incluídos como fontes de hidrogênio renovável.

Os senadores ainda votarão quatro destaques, que devem ser pautados na primeira semana de julho.

Um deles é a emenda 24, que modifica o artigo 26 da Lei 11.488, que trata da autoprodução por equiparação. As mudanças isentam os produtores de hidrogênio verde dos encargos da CDE e Proinfa, independentemente de estes serem autoprodutores.

Os senadores devem votar ainda a emenda 25 restringe o conceito de hidrogênio verde às fontes eólica e solar; a 26 trata de licenciamento de eólicas offshore ou em águas interiores; e a 20 é sobre zonas de processamento de exportação.